

Congresso vota hoje a emenda da Constituinte

BRASÍLIA — O Congresso Nacional reúne-se hoje, a partir das 9 horas, para votar, ainda em primeiro turno, quatro pedidos de destaque supressivo de expressões contidas no substitutivo do Deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) à emenda de convocação da Assembléia Constituinte. Terminada a votação desses destaques, a convocação da Assembléia será votada em segundo turno.

O principal pedido de destaque, que vem motivando o adiamento da colocação da emenda na Ordem do Dia do Congresso, refere-se à supressão da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" contida no artigo 1º do substitutivo, que, segundo alguns parlamentares, poderia ensejar uma Assembléia Nacional Constituinte exclusiva: se caísse essa expressão, durante o período da Constituinte não funcionariam Senado e Câmara.

Devido a essa possibilidade, os 23 Senadores eleitos em 1982 (um terço) e que não receberam poderes constituintes como receberão os dois terços do Senado e toda a Câmara nas eleições do próximo ano, sentem-se ameaçados, pois não funcionando nenhuma das Casas do Congresso não teriam funções legislativas e poderiam perder seus mandatos.

O relator Walmor Giavarina disse ontem que esse temor é infundado. Explicou que mesmo sendo retirada a expressão os Senadores em causa estariam com seus mandatos assegurados, já que o artigo 1º diz que "os membros da Câmara dos Deputados e do Senado Federal reunir-se-ão, unicamente, em Assembléia Nacional Constituinte, livre e soberana, no dia 1º de fevereiro de 1987, na sede do Congresso Nacional".

— Esse artigo — acentuou ele — assegura que existirão Câmara e Senado. No dia anterior à instalação da Constituinte, serão eleitas as duas Mesas (Câmara e Senado), o que, por si, garante os Senadores eleitos em 1982, pois não há no texto nenhuma discriminação. Além do mais, eles serão regidos pela atual Constituição, até que a Constituinte elabore a nova e esta seja promulgada.

No mesmo pedido de destaque supressivo da expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais", prevê-se a retirada da expressão "A Constituição será promulgada no curso da primeira sessão legislativa da 4ª Legislatura". Com essa

supressão, acabaria a limitação de um ano para a reunião da Constituinte, dando-se à própria Assembléia soberania para determinar o seu tempo de trabalho.

Além desse, existem os seguintes destaques:

2) Manutenção das expressões "ou conexos" e "civis", referentes à anistia. A manutenção da expressão "ou conexos" foi entendida por muitos parlamentares como um meio de o Governo anistiar também os militares implicados no atentado do Riocentro. Giavarina, porém, contesta isso afirmando que o período da presente anistia vai de 2 de setembro de 1961 a 15 de agosto de 1979, quando foi aprovada a anistia assinada pelo Presidente João Figueiredo, enquanto o episódio do Riocentro ocorreu no dia 30 de abril de 1981. "Civis" refere-se a servidores civis que serão anistiados.

3) Exclusão da expressão "pelo princípio da antiguidade". Essa expressão refere-se a indenizações aos que foram cassados. A sua manutenção beneficiaria os marinheiros, que estão em vigília dentro do Congresso, tentando convencer os parlamentares a votar pela sua reintegração profissional.

4) Retirada da expressão "de Estado" tanto para ministros como para secretários, a fim de incluir os secretários municipais nos prazos de desincompatibilização para as próximas eleições.

No segundo turno, não mais serão votados os destaques e sim o texto final, tal como aprovado no primeiro turno, com a inclusão ou exclusão das expressões destacadas e em conformidade com o restante da emenda aprovada anteriormente, segundo o texto apresentado pelo relator Walmor Giavarina.

O PDS, através de seus líderes na Câmara e no Senado, Prisco Viana e Murilo Badaró, não pretende dificultar a aprovação da emenda convocatória da Constituinte. Em reunião da Executiva Nacional do Partido, ontem, Deputados que integram o Movimento Renovador, ligado ao ex-Governador Paulo Maluf, sugeriram que os representantes da agremiação obstruíssem a votação da matéria. Mas o Líder Prisco Viana sustentou que "a Constituinte é um fato político e por isso o PDS não deve correr o risco de se colocar contra uma verdadeira aspiração popular".



Na tumultuada reunião da Comissão de Constituição e Justiça, Nilson Gibson segura o Deputado José Genoino que, nervoso, discursava aos gritos e de dedo em riste

Decidido: expressão votada em separado só fica com dois terços

BRASÍLIA — A Comissão de Constituição e Justiça da Câmara aprovou, por unanimidade, ontem à noite, depois de três horas e meia de debates, a resolução de que serão necessários dois terços dos votos para impor a manutenção de expressões colocadas para votação em separado. Com essa resolução na votação hoje, em primeiro turno do destaque do artigo 1º da emenda da convocação da Assembléia Nacional Constituinte, os parlamentares que forem contrários a uma Constituinte exclusiva terão de reunir dois terços dos votos para poder manter a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais". Como dificilmente esse grupo reunirá os dois terços, a expressão deverá ser retirada do substitutivo do Deputado Walmor Giavarina (PMDB-PR) e a Constituinte será praticamente exclusiva, sem funcionamento do Senado e da Câmara.

Desde o início da reunião, às 18 horas, ficou evidente que a maioria da Comissão era favorável aos dois terços como quorum para manutenção de expressões votadas em separado, mas os partidos de oposição (PT, PDT e PTB, principalmente) enveredaram pelo trabalho de obstrução sistemática, o que causou muita confusão, alguns debates mais acalorados e troca de acusações entre parlamentares.

A culpa maior do tumulto coube ao Presidente da Comissão de Constituição e Justiça, Deputado Aloisio Campos (PMDB-PB), que avocou o recurso impetrado pelo Deputado João Gilberto (PMDB-RS) e, ao apresentar seu parecer, foi além da simples consulta e entrou no mérito da questão, opinando sobre como deveria ser a votação da expressão, o que ensejou longos debates e garantiu aos partidos de oposição sua intenção de obstruir os trabalhos.

Senado é que pode criar problemas para aprovação

BRASÍLIA — O Líder do PFL na Câmara, José Lourenço, reconheceu ontem que há dificuldades para aprovação da emenda convocatória da Constituinte no Senado caso a expressão "sem prejuízo de suas atribuições constitucionais" seja retirada do artigo 1º. Na previsão de Lourenço, a matéria será aprovada hoje na Câmara de uma forma ou de outra e não haverá problemas com a bancada do PFL para sua votação.

— Não tenho segurança, entretanto, para dizer se a Constituinte vai ser aprovada pelo Congresso. Sei que vai ser aprovada na Câmara — afirmou o líder admitindo o risco de sua rejeição no Se-

nado caso não se consiga "costurar" um acordo em torno da expressão.

As dificuldades para aprovação da Constituinte no Senado sem a inclusão dessa expressão partiriam dos Senadores eleitos em 1982 com mandato de oito anos. Eles temem que a retirada do termo dê margem a interpretações que tornariam a Constituinte exclusiva e não congressual.

Lourenço presenciou ontem a advertência do Deputado João Faustino (PFL-RN) de que se a Constituinte não for aprovada esta semana a tese das eleições presidenciais diretas para o próximo

ano poderá "ganhar as ruas". Ele não concordou com a advertência, considerando que não há relação entre a aprovação da Constituinte e o movimento pelas diretas no próximo ano, que considera um "desserviço à nação". Segundo José Lourenço, não haverá quorum de dois terços para aprovar qualquer iniciativa propondo a antecipação da eleição presidencial.

Representantes do Plenário Nacional Pró-Participação Popular na Constituinte que congrega mais de 500 entidades da sociedade civil, entregaram ontem ao Presidente da Câmara, Ulysses Guimarães, e às Lideranças partidárias no Congresso documento

em favor do adiamento, para março de 86, da decisão sobre a convocação da Assembléia, "para que a matéria seja mais amadurecida e se encontre uma solução mais compatível com os anseios da Nação".

No documento, o Plenário informa que seus representantes vieram a Brasília pela segunda vez para conchamar o Congresso a "não votar às pressas e sob pressão do Executivo uma matéria que orientará toda a vida política, econômica e social do País".

Estão em Brasília, cerca de 80 representantes da entidade, provenientes de Minas Gerais, São Paulo, Paraná e Rio de Janeiro.

Comissão se abre à imprensa e vai ouvir ainda setores interessados

A Comissão Provisória de Estudos Constitucionais que elabora o anteprojeto do Governo para a futura Constituição decidiu mudar o seu comportamento: de agora em diante, as reuniões plenárias terão a presença da imprensa; e a Comissão vai procurar os diversos grupos interessados nos debates para "tornar vivo o seu trabalho, através de confrontos de idéias".

A nova estratégia da Comissão presidida pelo jurista Afonso Arinos foi anunciada ontem, em entrevista ao GLOBO, pelo seu Secretário-Executivo, Professor Ney Prado, acrescentando que os seus diversos grupos de trabalho querem discutir a Constituinte nos partidos políticos, na OAB, ABI, CNBB, sindicatos e outras entidades.

Segundo Ney Prado, a partir da próxima reunião plenária, marcada para as 14 horas do dia 4 de dezembro no 19º andar do prédio do Banco Central, no Rio, a Comissão começará, concretamente, a desempenhar o papel para o qual foi idealizada pelo Presidente Tancredo Neves. Na Ocasão serão criados os comitês por temas já definidos.

Ney Prado explicou que a Comissão ainda não está debatendo temas específicos com a sociedade porque em sua primeira etapa tratou apenas de infra-estrutura e de estabelecer normas. Ele já decidiu convidar os porta-vozes dos Ministérios Militares para um debate, no auditório do Banco Central, sobre o papel das Forças Armadas na futura Constituição e na segurança nacional.

PFL promoverá campanha na TV

BRASÍLIA — O PFL iniciará uma campanha de mobilização para a Constituinte, no início do próximo mês, quando requisitará ao Tribunal Superior Eleitoral horário gratuito para um programa em cadeia nacional de rádio e televisão, que terá como tema central "O PFL e a Constituinte". A deflagração desta campanha, que incluirá seminários em diversos Estados, foi decidida ontem em reunião da Executiva Nacional do Partido.

O Presidente do PFL, Jorge Bornhausen, informou que a campanha será feita através do Instituto Tancredo Neves.

O primeiro seminário será realizado em São Paulo, nos dias 15 e 16 de dezembro, possivelmente com a presença dos ministros do PFL.

PDS em crise fará Convenção em janeiro para decidir seu futuro

BRASÍLIA — A Executiva do PDS volta a se reunir na próxima semana para convocar uma nova Convenção nacional, em janeiro, quando o partido fixará novas metas a serem atingidas, anunciou ontem o Líder do Senado, Murilo Badaró, durante tumultuada reunião da Executiva, marcada por ataques ao "adesismo" do Líder da Câmara, Prisco Viana, feitos pelos que defendem uma oposição radical ao Governo. "Apanhei do início ao fim, foi cacete

o tempo todo", disse Prisco.

A reunião terminou às 20h45 de ontem, e hoje será divulgada nota oficial do partido sobre o que ficou decidido, informou o presidente do PDS, Amaral Peixoto.

No partido, são poucos os parlamentares que acreditam na viabilidade de um novo partido político, destinado a ampliar a base do Presidente José Sarney no Congresso, conforme proposta do Ministro das

Comunicações, Antônio Carlos Magalhães. Prisco Viana ironizou os esforços de Antônio Carlos: "Ele não tem cacife para tanto".

Para ele, a crise no PDS decorre da inquietação de deputados e senadores com relação a seu próprio futuro político individual. Por isso, segundo ele, alguns acham melhor saída para o PDS fazer oposição frontal ao Governo, outros preferem apoiá-lo e uma terceira corrente quer esperar mais um pouco.